

ÉTICA E MORAL. O (IM)PERTINENTE DESAFIO DE UMA DIFERENCIAÇÃO

Acção de formação a grupo de doutorandos por convite do Director da Unidade de Investigação CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Quinta do Crestelo – Seia, 15-16 Setembro 2011

MÓDULO 1

Aproximação fenoménica

Texto base > um exemplo de moralismo religioso...

JOÃO CÉSAR DAS NEVES, A perda do perdão
in Diário de Notícias: naohaalmocosgratis@ucp.pt [5 Set 2011]

Nos últimos 500 anos o Ocidente viveu o maior ataque cultural da história. Seguindo o magno processo contra a cultura cristã, nas suas três fases, entende-se a situação actual. Primeiro atacou-se a Igreja em nome de Deus. Depois descartou-se a divindade mantendo a moral cristã. Hoje desmantela-se a ética. A primeira fase seguiu dois passos. Primeiro, com Lutero, Calvino e outros reformadores, agrediu-se a estrutura eclesial conservando o Cristianismo. A fé em Cristo era preciosa, apesar dos perversos eclesiásticos. Depois, através de Hume, Voltaire e outros teístas, o cientifismo deísta rejeitou a doutrina e ritos, acenando à divindade longínqua e apática d'"O Grande Arquitecto" e distorcendo a História para apagar o papel da Igreja. A segunda fase do ataque dirigiu--se ao transcendente. Recusava-se Deus e a eternidade, pretendendo conservar as regras cristãs de comportamento social. O primeiro passo, de Feuerbach, Comte e outros ateus, quis demonstrar filosoficamente a inexistência formal de Deus na sociedade humanista ideal. O falhanço dos esforços teóricos levou Thomas Huxley, Bertand Russell e outros agnósticos ao ateísmo prático simplesmente desinteressado da questão religiosa. A fase actual é de ataque frontal à moral cristã. Primeiro, com Saint-Simon, Marx e outros revolucionários, visou-se uma moral exclusivamente humana. Mas, como Nietzsche e Sartre tinham explicado, eliminando a referência metafísica, vivemos

"Para lá do Bem e do Mal". [...] O resultado está à vista. A moral oficial, em filmes, romances, séries e telejornais, é uma amálgama de regras, princípios e procedimentos, sem fundamento, coerência ou justificação. Do libertarismo mais acéfalo salta-se ao moralismo totalitário sem lógica ou razão. Aborto e adultério tornavam-se de crimes em direitos, enquanto tabaco e touradas passaram de hábitos a infâmias. Os enredos da moda exaltam os valores pagãos, mágicos, bárbaros, orientais, ocultistas, libertinos, vampiros. Todos, menos cristãos. [...]

Apresentação

“Brain storming”

- Tom apocalíptico // acusatório
- Visão maniqueísta // litigante
- Atitude reactiva // defensiva
- Leitura unívoca história cultura
- Anacronismos
- Confusão conceptual planos [ética / moral / valores / religião]
- Sintoma cultural > limiar crítico > reconfiguração modelos interpretativos [emergência paradigma reticular]
- Novos desafios éticos [complexidade/globalidade]: n/lineares > oscilantes // n/ individuais > relacionais // n/ passado > futuro >> Genética (eugenia...) // Neurobiologia // Espaço público (violação privacidade, abstenção...) // Sustentabilidade económica (especulação, cartelização, endividamento...) //

Dinâmica organizacional (assédio, incúria gestão...) // Redes sociais (intrusão, alienação, ciberataques) // Direitos autor (plágio, pirataria...) // Ecumenismo religioso

- Rede conceitos a clarificar [Moral / Ética / Deontologia / Axiologia]
- Tentação do moralismo [input normativo / vectorialização unívoca comportamental]
- Desafiante transição ética ser > estar // eu > nós // individualidade > reciprocidade // culpa > compromisso // justificação > responsabilidade

MÓDULO 2

Incursão etimológica

Textos base > acercamentos à noção de ética

EVANGELHOS

Mt 12,1-8 // Mc 2,23-28

Em certa ocasião, Jesus passava, num dia de sábado, através das searas. Os seus discípulos, que tinham fome, começaram a arrancar espigas e a comê-las. Ao verem isso, os fariseus disseram-lhe: «Repara! Porque fazem eles ao sábado o que não é permitido?» Ele disse: «Nunca lestes o que fez David, quando teve necessidade e sentiu fome, ele e os que estavam com ele? Como entrou na casa de Deus e comeu os pães da oferenda, que apenas aos sacerdotes era permitido comer, e também os deu aos que estavam com ele?» E disse-lhes: «E, se compreendêsseis o que significa: *Prefiro a misericórdia ao sacrifício*, não teríeis condenado estes que não têm culpa. O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado...

PAUL RICOEUR, «Éthique et Morale»

in *Révue de l'Institut Catholique de Paris* 34 (1990) pp. 131-142; reprod. dans «Éthique et morale», in *Revista Portuguesa de Filosofia* 46 (1990) 1, 5-17

Haverá necessidade de distinguir entre ética e moral? Verdade seja dita, nada na etimologia ou na história do uso das palavras o impõe: uma provém do grego, a outra do latim, e ambas remetem para a ideia de costumes (*ethos, mores*); podemos,

todavia, vislumbrar uma subtil diferença consoante se acentua o que se *considera bom* ou o que se *impõe* como *obrigatório*. É por convenção que reservarei o termo «ética» para o desígnio ético de uma vida sob o signo das acções consideradas boas, e o de «moral» para a vertente obrigatória, marcada por normas, obrigações e interdições, caracterizadas simultaneamente por uma exigência de universalidade e por um efeito de necessidade. Nesta distinção [...] facilmente se reconhecerá a oposição entre duas heranças: a herança aristotélica, onde a ética é caracterizada pela sua perspectiva *teleológica* (de *telos*, que significa «fim»); e uma herança kantiana onde a moral é definida pelo carácter de obrigação da norma e, portanto, alicerçada numa base *deontológica* (deontológico significando precisamente «dever»).

Sem preocupação pela ortodoxia aristotélica ou kantiana, proponho-me defender:

- 1) o primado da ética sobre a moral;
- 2) a necessidade para a ética de, apesar de tudo, passar pelo crivo da norma;
- 3) a necessidade de um recurso da norma ao desígnio ético, dado que a norma conduz a conflitos para os quais não existe outra saída que não a de uma *sabedoria prática* que remete para aquilo que exige uma maior atenção à singularidade das situações.

Eu definiria o desígnio ético pelos três termos seguintes: 1. *alcance de uma vida boa*, 2. *com e para os outros*, 3. *em instituições justas*. As três componentes da definição são igualmente importantes.

Referindo-me em primeiro lugar à vida boa, gostaria de sublinhar a forma gramatical desta expressão tipicamente aristotélica. Trata-se ainda do *optativo* e já

não do *imperativo*. No sentido mais forte do termo, trata-se de um voto: «Possas eu, possas tu, possamos nós viver bem» [...] em «cuidado»: cuidado de si, cuidado do outro, cuidado da instituição.

O cuidado de si [...] que eu gostaria de associar ao de «estima» num plano ético fundamental [...] não se confunde de forma alguma com o «eu», ou seja com uma posição egológica que o encontro com o outro viria necessariamente subverter. [...] Nesse sentido, a estima de si é o momento reflexivo da *praxis*: é avaliando as nossas acções que nós próprios nos poderemos sentir seus autores, e portanto algo de distinto de simples forças da natureza ou de simples instrumentos. [...]

Passemos ao segundo momento: viver bem *com e para os outros*. [...] A estima de si [...] já contém a segunda componente do desígnio ético, evocada pelo belo termo «solicitude» [...] *a partir de uma implícita dimensão dialógica*. Estima de si e solicitude não podem ser vividas e pensadas uma sem a outra. Dizer «si» [...] implica o outro além de si, a fim do qual podemos dizer de quem quer que seja que se considera um si próprio como um outro. A bem dizer, apenas por abstracção é que se pode falar de estima de si, se não a colocarmos no contexto de uma busca de reciprocidade [...].

Viver bem, com e para outro, *em instituições justas*. Que o desígnio do bem-viver envolve de algum modo o sentido da justiça, tal encontra-se implicado na própria noção de outro. O outro é também o outro para além de ti. Correlativamente, a justiça excede o face-a-face. Duas asserções encontram-se aqui em jogo: de acordo com a primeira, o bem-viver não se restringe às relações interpessoais, mas estende-se à vida nas instituições; de acordo com a segunda, a justiça exhibe traços éticos que não se encontram contidos apenas na solicitude [...].

<O desafio consiste em> [...] mostrar de que modo os conflitos suscitados pelo formalismo, intimamente solidário com o momento deontológico, deslocam-se da moral à ética, ainda que a uma ética enriquecida pela travessia através da norma e inscrita no juízo moral em situação. [...]

Apresentação temática

- termo “ética” grego **ethos** através raiz indo-europeia ***swedh-** = sentido originário “si” >> 1. reflexo [“a si”], 2. relacional [“entre si”], 3. determinativo [“de si”] e 4. possessivo [“para si”]
- experiências elementares de “auto-referencialidade” e de “pertença” (atributiva, possessiva e demonstrativa)
- noções relacionais > **ethnos** [tribo, povo, nação]
- Émile Benveniste > termo “ética” evoca
 - polaridade “eu-tu”
 - reciprocidade entre “si mesmos” iguais e “si próprios” diferentes
 - horizonte domiciliário = espaço vital simbiose
- épica homérica > “local de permanência” = partilha espaço vital animais (reunidos em abrigo / local de alimentação) e humanos (função de guarda e cuidado)
- termo **êthos** sofreu uma metamorfose semântica >> a ideia de abrigo e refúgio cedeu lugar à de “carácter”, “estado de espírito” ou “disposição” = “interioridade humana” actos comportamentais

- o homófono **éthos** adquire gradualmente sentido de “marca” ou “característica” pela repetição sucessiva de actos até à formação de um padrão comportamental designado de “hábito” >> mais tarde o “agir habitual” ou “o que é costume fazer”
- textos éticos Aristóteles adaptados exigências jurídico-tribunício da romanidade > dois sentidos originários uniformizados termo **éthos** mediação ciceroniana nominativo singular *mos* [*mores* na forma plural] = “hábito”, “costume”, “preceito” > sentidos conservados ainda hoje termo **moral**
- sentido moral de **éthos** [mos = costume] transporta implícita significação ética de “estilo-de-vida”/“forma-de-agir” visada no termo original **êthos** [domicílio] que a tradução latina ciceroniana e a tradição jurídica romana eclipsou
- longo e complexo processo cultural de reconfiguração semântica > termo “moral” conotado
 - padrões comportamentais induzidos por habituação
 - instâncias prescritivas formuladas ou formalizadas em
 - 1.mandamentos religiosos
 - 2.preceitos sociais
 - 3.normas jurídico-morais
- tradição cultural Ocidente > esquecimento da diferença originária entre êthos e éthos >> compensado teoria da acção bipolarizada paradigmas
 - aristotélico >> concepção teleológica das virtudes > formação de bons hábitos > vida feliz > bem comum

- kantiano >> fundamentação deontológica dos costumes > conformidade vontade boa / leis práticas > razão prescreve obrigações realizadas por puro dever > imperativo categórico
- desafio contemporâneo > simbiose filosofia da acção 1.aristotélica (eudemónica) e 2.kanteana (deontológica) > reconvocar a esquecida diferença originária entre ética e moral > acção discursiva compatibiliza eu/tu = nós // princípio universal / caso particular = decisão

Sugestões bibliográficas

GONZÁLEZ Ana María, «Ética y moral. Origen de la diferencia conceptual y su trascendencia en el debate ético contemporáneo», in *Anuario Filosófico* 33 (2000) 3, 797-832

POWELL Jonathan, «Cicero's Translations from Greek», in *Cicero the philosopher*, ed. by Jonathan Powell, Oxford – New York: Oxford University Press, 2002 [reprint], pp. 273-300

RICOEUR Paul, «Éthique et Morale», in *Révue de l'Institut Catholique de Paris* 34 (1990) pp. 131-142; reprod. dans «Éthique et morale», in *Revista Portuguesa de Filosofia* 46 (1990) 1, 5-17 [reed. in *Lectures 1. Autour du Politique*, Paris, Seuil, 1991, pp. 256-269]

RICOEUR Paul, «Les structures teleologique et déontologique de l'action: Aristote et/ou Kant», in *Cahiers d'Études Pastorales* [6], Faculté de Théologie, Québec: Fides (1989) pp. 15-27

MÓDULO 3

Sistematização histórico-conceptual

Texto base

JOSÉ MANUEL SANTOS, *Ética*

Há momentos históricos em que a ética, que é uma reflexão sobre questões de orientação na vida individual e social, se torna mais importante do que noutros. A época em que vivemos faz parte daquelas em que se assiste a um aumento da procura de ética. Todas as culturas têm uma tradição moral que é transmitida de pais para filhos. Há épocas em que essa tradição é aceite sem questionamento e satisfaz plenamente as necessidades em matéria de critérios orientadores. Noutras, contudo, as normas de comportamento legadas pela tradição são sentidas como frágeis e incertas na sua função orientadora. Este mal-estar relativamente aos valores, nomeadamente aos de ordem moral herdados da tradição, pode ter várias causas.

Uma causa possível reside no facto de os actores sociais se orientarem prioritariamente por valores de “sucesso” social – acumulação de riqueza, estatuto social, carreira, etc. – secundarizando valores de carácter moral ou ideais éticos para se concentrarem na realização de objectivos puramente materiais. Em caso de necessidade, em situações de urgência em que está em perigo a realização dos valores primários de que depende o sucesso material, para quê respeitar valores “secundários” que poucos respeitam? O problema, neste caso, está ligado a uma

dinâmica do comportamento social cuja lei é a *mimesis*, a imitação do que “se faz”. Todavia, a lei da *mimesis* social nunca é absoluta. Mesmo perante comportamentos de massa, há sempre quem se inquiete e ponha a questão de saber se o que fazem “os outros” é de facto o que se deve fazer, se as prioridades do sucesso (material) são de facto a *prioridade* da vida. Esta *inquietude* atinge o seu pico justamente nas épocas em que a moral parece ser inactual e em que há muitos, talvez até a maioria, que pensam que “a ética não dá que comer”, sendo, portanto, coisa sem nenhuma importância. É esta inquietude que em certas épocas faz com que se verifique precisamente um aumento da procura de reflexão ética.

Uma outra causa possível poderá ser a perda da *crença* nas normas e valores herdados que ainda aspiram a uma certa validade e que não perderam totalmente a credibilidade. Estes últimos estão muitas vezes intimamente ligados à crença religiosa: uma perda da fé religiosa levaria, neste caso, à ruína da validade das normas éticas nela fundadas. Como dizia Dostoievski, “se não há Deus, então tudo é permitido”, isto é, deixaria de haver um fundamento para criticar e condenar as acções mais bárbaras e inumanas. Numa tal situação cultural, em que nem toda a gente é crente no sentido religioso do termo, é natural que se assista a uma maior procura de ética, na medida em que esta tenta responder a questão da justificação de valores com argumentos independentes de crenças religiosas.

De um modo geral, deixar de acreditar na validade de normas morais vigentes pode-se dever simplesmente ao facto de a tradição moral herdada se limitar a formular normas sem a mínima preocupação em justificá-las, ou seja em responder a questão do “porquê?”. Com efeito, (...) como já notava Hegel (1770-1831) no seu tempo, (...) “aquilo que nos nossos dias pretende ser válido já não o pode ser apenas por obra da violência, do hábito ou dos costumes, mas por evidência e

razões”. Esta exigência de “evidências e razões” pode explicar, em diversas épocas, um recrudescimento da procura em matéria de teoria ética.

Finalmente, uma última causa possível do recrudescimento da procura de ética reside em desafios exteriores à evolução das culturas e das crenças individuais ou colectivas. Na nossa época em particular, surgiram desafios completamente inéditos, literalmente impensáveis mesmo num passado ainda recente, ligados ao desenvolvimento da técnica moderna e às suas implicações para a vida humana na Terra. O facto de os comportamentos da geração presente, nomeadamente no uso de técnicas susceptíveis de manipular as bases da matéria (energia nuclear) ou da vida (biotecnologia), poderem pôr em causa a sobrevivência de gerações futuras, constitui um desafio a ser reflectido numa perspectiva ética.

Apresentação temática

- trinómio ethos > oikos > polis
- 3 razões necessidade histórica reflexão ética
 - a) subestimação critérios de orientação ética [= “valores”] > porque acreditar e aplicar valores que poucos acreditam e respeitam?
 - b) suspeita fundamento sólido dos valores
 - c) percepção insuficiência orientadora normas vigentes face novos desafios
- 3 momentos críticos história do Ocidente convocação urgente reflexão ética
 - 1) Antiguidade greco-romano-cristã (séculos IX aC - IV dC)
 - Protogénese reflexão ética > épica homérica

- Debate Sócrates-Sofística
 - Ponto de situação Aristóteles
 - Confronto Helenismo – Cristianismo > moral cristã judaico-estóica
- 2) Modernidade iluminista (séculos XVII-XVIII)
- Debate legitimação poder > Maquiavel
 - Querela Heteronomia-Autonomia
 - Desfecho resolutivo Kant
- 3) Contemporaneidade (séculos XX-XXI)
- Crise “Mestres suspeita” > Nietzsche / Freud / Marx
 - Efeito borboleta Darwin / Comte
 - Hegemonia tecnociência base positivista
 - Problemas potenciados “globalização” > ubiquidade // ambiguidade

ETIMOLOGIA DE “ÉTICA” E “MORAL”		
grg	<i>êthos</i> : carácter, modo de ser	<i>éthos</i> : hábito, costume
lat	<i>mos, mores</i> : costumes, hábitos, deveres, preceitos	
port	<i>o moral</i> <i>o ético = eticidade</i> > fenómeno moral > dimensão ética da existência	<i>a moral</i> <i>a ética = moralidade</i> > normas morais vigentes numa sociedade

SIGNIFICADOS DE “MORAL” (substantivo)	
Sentidos	Exemplos
1. Sistema de normas ou valores [= axiologia] vigentes numa dada sociedade	A moral da sociedade chinesa antiga
2. Conjunto de princípios e normas de conduta de uma pessoa ou comunidade	Uma moral aristocrática ou ascética
3. Conjunto de princípios ou normas morais válidas universal e incondicionalmente	A “verdadeira” moral
4. Doutrina moral baseada numa tradição ou cosmovisão (religiosa, filosófica, ideológica)	A moral judaico-cristã
5. Disposição emocional do ânimo; estado de alma ou de espírito	O moral da equipa
6. Esfera de orientação da existência	O moral não coincide inteiramente com o jurídico; o moral pode coincidir com o político; o religioso e o moral não são necessariamente coincidentes

SIGNIFICADOS DE “MORAL” (adjectivo)	
Sentidos	Exemplos
Índole “moral” > acto conforme ao código normativo e ao imperativo de consciência	X age rectamente de acordo com princípios orientadores e a sua consciência > X é moral
Índole “imoral” > acto não conforme ao código normativo e ao imperativo de consciência	X age incorrectamente contra princípios orientadores e a sua consciência > X é imoral
Índole “amoral” > acto alheio ou indiferente à dimensão moral	X é completamente desprovido de senso moral > X é amoral

- Configurações éticas da moralidade
 - Ética da convicção > agir por dever > moral deontológica [legalista > risco perfeccionismo]
 - Ética da aspiração > agir em vista de um fim supremo > moral teleológica [finalista > risco eudemonismo]
 - Ética da responsabilidade > agir com benevolência > moral relacional [intersubjectiva > desafio interfacialidade]

- ACÇÃO MORALMENTE ÉTICA >> TEXTURA ÉTICA DA ACÇÃO MORAL >> ETICIZAR A MORAL >> ACÇÃO DISCURSIVA = SEMÂNTICA DA ACÇÃO
 - Discurso sobre a acção “moral” > dizer o que se faz (descrever, explicar, justificar, teorizar)
 - Realização “moral” do discurso > fazer o que se diz (cumprir, efectivar, vincular)
 - NARRATIVA ÉTICA DA ACÇÃO > ler a acção (vivenciar)

Sugestões bibliográficas

CORTINA Adela, *Ética sin moral*, Tecnos, Madrid, 1990

GIUSTI Miguel, «¿Puede haber conciliación entre moralidad y eticidad?», in *Areté* 8 (1996) 1, 25-64

KEARNEY Richard – DOOLEY Mark (eds.), *Questioning Ethics. Debates in Contemporary Philosophy*, London – New York: Routledge, 1999

MOURGEON Jacques, *Les droits de l’homme*, Paris: PUF, 1985

PIEPER Annemarie, *Ética y Moral. Un introducción a la filosofía práctica*, Barcelona: Editorial Crítica, 1991

RENAUD Michel – RENAUD Isabel, «Fundamentos éticos: ética e moral», in *Bioética*, coord. Luís ARCHER – Jorge BISCAIA – Walter OSSWALD, Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo (1996) 34-41

RICOEUR Paul, «Avant la morale: l'éthique», in *Encyclopedia Universalis* [Symposium], Supl II: Les enjeux, Paris, 42-45

RICOEUR Paul, «Éthique. De la morale à l'éthique et aux éthiques», in *Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale*, dir. Monique CANTO-SPERBER, Paris: PUF, 2001 (3ed.), pp. 580-584]

SINGER Peter (ed.), *A Companion to Ethics*, Oxford: Blackwell, 1991

MÓDULO 4

Demanda prospectiva

Textos base

PAUL RICOEUR, «Éthique et Morale»

in *Révue de l'Institut Catholique de Paris* 34 (1990) pp. 131-142; reprod. dans «Éthique et morale», in *Revista Portuguesa de Filosofia* 46 (1990) 1, 5-17

O recurso da norma moral ao desígnio ético é suscitado pelos conflitos que nascem da própria aplicação das normas às situações concretas. Sabemos desde a tragédia grega [...] que os conflitos ocorrem precisamente no momento em que caracteres obstinados e inflexíveis se identificam tão completamente com uma regra particular que se tornam cegos para tudo o mais [...], numa atitude moral desvinculada da sua motivação ética mais profunda. [...] É para obviar tal situação que é exigida uma *sabedoria prática*, sabedoria ligada ao juízo moral em situação e relativamente à qual a convicção afigura-se mais decisiva do que a própria regra. Tal convicção não é todavia arbitrária na medida em que lança mão de recursos de um sentido ético mais originário que não passou pela norma.

Na Europa Ocidental, nós somos testemunhas, e frequentemente os actores, de conflitos desse género onde se confrontam a moral dos direitos humanos e a apologia das diferenças culturais. O que não vemos é que a pretensão universalista vinculada à proclamação dos direitos humanos se encontra ela mesma manchada de particularismo, mercê da longa coabitação entre esses direitos e as culturas

européias e ocidentais onde pela primeira vez foram formulados. [...] Só uma longa discussão entre as culturas – discussão que ainda mal começou – fará germinar o que verdadeiramente merece ser chamado de «universal». [...]

<Noutro plano> poderia ainda evocar os casos da verdade devida ao indivíduo em estado terminal ou da eutanásia, ou a controvérsia do direito ao aborto nos primeiros meses de gestação. Não teria, nesse caso, deixado de invocar a sabedoria prática nas situações singulares que normalmente se identificam com situações de angústia e de conflito no interior de uma subtil dialéctica entre a solicitude dirigida a pessoas concretas e o respeito pelas regras morais e jurídicas indiferentes a situações de infortúnio. [...] Para o médico individual, a opção joga-se entre aplicar sem concessões os compromissos assumidos no Juramento Hipocrático [...] e consentir com um mínimo de excepções compatíveis com o respeito por si, o respeito pelo outro e o respeito pela regra [...]. Não existe nenhuma regra para decidir entre regras, mas antes e de novo o recurso a uma sabedoria prática muito próxima daquela que Aristóteles designava com o termo *phronesis* (traduzida por *prudência*), em relação à qual a *Ética a Nicómaco* refere que ela representa para a ordem prática aquilo que a sensação singular representa para a teórica. O mesmo ocorre exactamente com o juízo moral em situação. [...] No plano político da aplicação da justiça o problema mantém-se. A experiência histórica mostra com efeito que não existe uma regra imutável para classificar numa ordem universalmente convincente reivindicações tão válidas como as da segurança, da liberdade, da legalidade, da solidariedade, etc. Apenas mediante debate público, cujo desfecho permanece aleatório, é possível suscitar uma certa ordem de prioridades. Tal ordem, porém, valerá apenas para um povo, durante um certo

período da sua história, sem nunca implicar uma convicção irrefutável válida para todos e para sempre. [...] O juízo político pertence portanto ao domínio do juízo em situação. [...] É neste ponto que a equidade é considerada superior à justiça abstracta. Ao referir-se ao equitativo (*épiékês*) e à superioridade deste perante o justo, Aristóteles observa: «a razão disso é que a lei é sempre algo de geral, sendo que há determinados casos para os quais não é possível estabelecer um enunciado geral que se aplique a eles com exactidão». E conclui: «Tal é a natureza do equitativo: ser um correctivo da lei, precisamente aí onde a lei perdeu capacidade para estatuir em virtude da sua generalidade» (*Ética a Nicómaco*, V. 14, 1137b 26-27). [...]

HANS KÜNG, Uma ética global para a política e a economia mundiais
Petrópolis: Vozes (1999)

Nunca é demais insistir que todos os homens são possuidores de direitos, os Direitos do Homem: direito à segurança de vida, direitos a ser tratado com justiça, direito de obter um sustento digno e propiciador de bem-estar, direito de participar na ordem política em todos os planos, direito de acesso livre à informação e aos bens comuns globais... Todavia, é estranho que ainda não exista uma codificação de deveres conexos aos direitos, uma espécie de Carta dos Deveres Humanos, mediante a qual uma Sociedade Civil global visse consagrada a responsabilidade ética de

- Contribuir pessoalmente para o bem comum
- Levar em conta o efeito das acções individuais na segurança e bem-estar dos demais

- Promover a igualdade de direitos em todas as esferas da vida humana, bem como a defesa dos mais vulneráveis
- Preservar os interesses das gerações vindouras
- Cuidar da herança cultural e espiritual da humanidade
- Participar activamente na vida cívica e política
- Empenhar-se na eliminação da corrupção

(...) Em termos sociológicos, a Economia (assim como o mercado) é apenas um *subsistema* da sociedade, ao lado de outros, como o Direito, a Política, a Ciência, a Cultura e a Religião. O princípio da racionalidade económica tem a sua razão de ser, mas não pode ser absolutizado. A sua razão de ser é sempre relativa. No ultraliberalismo reside o perigo – agora à vista de todos com maior clareza – de se elevar o subsistema da economia de mercado à condição de um sistema total, no qual o Direito, a Política, a Ciência, a Cultura e a Religião passam, por um lado, a ser analisados como instrumentos económicos (o que até é legítimo) cuja valência, na prática, se encontra subordinada e domesticada à economia e, nesse sentido, despotencializados por ela. Sucede, porém, que uma ética despotencializada põe em risco os seus valores e normas fundamentais, passa a ter apenas uma função de alibi, permanecendo por isso ineficaz. Ora, uma economia de mercado total possui consequências desastrosas:

- o Direito, em lugar de se basear sobre o fundamento universalmente válido da dignidade humana, dos direitos e deveres humanos, pode ser formulado e manipulado em função de pressões económicas e de interesses corporativos;

- a Política pode capitular perante os humores do mercado e dos interesses privados em jogo, tornando o sistema monetário vulnerável à ambição predatória dos especuladores;
- a Ciência pode subjugar-se aos interesses económicos dos financiadores, perdendo a sua histórica função cultural de instância crítica e objectiva do conhecimento;
- a Cultura e a Arte podem degenerar em mercadoria;
- o Ethos pode ser sacrificado ao poder e ao lucro e ser substituído por aquilo que é “eficaz” e oferece “resultados”
- a Religião pode ser exposta como bem de consumo no hipermercado das ideias e transformada ao gosto de cada um como ingrediente de um cocktail sincrético capaz de saciar a sede religiosa que também assalta o *homo oeconomicus*

(...) Assim, o que muitas vezes nos é apresentado pelos especialistas da Economia como constituído por “leis próprias” e “pressões concretas” não precisa de ser assumido cegamente pelos cidadãos e seus representantes democraticamente eleitos. (...) Face à “religião do mercado” (J. Moltmann) torna-se necessária uma desmistificação: quando deixada entregue a si própria, a “mão invisível” da oferta e da procura, da concorrência e da maximização do lucro, não leva necessariamente ao bem de todos. (...)

- Casa comum > ecúmena > synoikia

- Retórica «nova ordem mundial» > 3 oportunidades históricas perdidas
 - Liga das Nações pós 1ª Guerra (1919) > não evitou recrudescimento pulsões nacionalistas // emergência ideologias totalitárias (comunismos, fascismos...)
 - Organização das Nações Unidas pós 2ª Guerra (1945) > não evitou a bipolarização EUA/URSS // escalada armamento // espectro destruição escala global
 - Queda Muro Berlim pós-comunismo soviético (1989) > não evitou subversão ideal europeu «casa comum» // subjugação cultural > político (burocratismo) > económico (monetarismo) > financeiro

- Necessidade ética global > política = ethos ponto grande
 - Evitar dois extremos
 - Realpolitik amoral > H. Kissinger [insp. Maquiavel / Richelieu / Bismark / Disraeli > dinâmica geopolítica da eficácia do poder >> política sem “sentimento moral” = passagem “razão estado” -> interesses nacionais
 - Idealismo político moralizante > Woodrow Wilson (1918) proclama 14 Pontos Programa de Paz Americano > novo paradigma ordem mundial 3 pontos: 1. Liberdade para todos os povos; 2. Justiça para amigos e inimigos; 3. Criação Liga das Nações = ficção pacifista irrealista e inconsequente
 - Reconfiguração ética da dicotomia
 - Idealistas > deveriam ter em conta 1. subordinação da política à moral conduz normativismo ineficaz; 2. cruzadas moralistas geram miopia analítica >> recomenda-se objectivismo contextualizado

- Realistas > deveriam ter em conta separação entre valores morais e factos positivos conduz amoralismo inimputável; 2. obsessão eficácia dissolve reflexão crítica >> recomenda-se pragmatismo responsável
 - Ética mediacional entre política real e política ideal >> ethos global = paradigma reticular da nova ordem mundial
 - Já não serve tirania dos resultados > realismo político > fins justificam todos os meios [mentira, difamação, corrupção...]
 - Já não serve a diletância das boas intenções > idealismo político > proclamar nobres finalidades morais [paz, prosperidade, igualdade...]
 - Desafio da ética da responsabilidade [// Hans Jonas] >> 1. Pressupõe convicções axiológicas [faz contas]; 2. Antecipa consequências [faz de conta]; 3. Acompanha e avalia [follow-up] a par-e-passo o processo em curso [prestação contas ≠ ajuste contas] > conjugando cálculo político (realistas) e avaliação moral (idealistas)
- Indicadores éticos consciência política moralmente responsável
 - discurso prospectivo [e não apocalíptico]
 - bem comum fim ético [e não bem geral pretexto moral]
 - impulso aperfeiçoamento [e não pulsão perfeccionista]
 - janela [e não espelho / ecrã]
 - estar ao serviço = missão orgânica [e não servir-se de = estatuto funcional]
 - autor = poder para representar rostos > autoridade [e não actor = poder de usar máscara para representar um papel > domínio]
- Regra de ouro tradição sapiencial-religiosa >> património civilizacional humanidade > gérmen proclamação global primado ético da pessoa = ser-em-relação

- Confúcio (550 aC): «O que não desejas para ti mesmo não o faças aos outros» [Discursos, 15, 23]
 - Rabbi Hillel (20 aC): «Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti» [Sabbat, 31a]
 - Jesus Nazaré: «Tudo o que desejares que alguém te faça, fá-lo a ele também» [Mt 7, 12]
 - Islamismo: «Nenhum de vós se tornará crente enquanto não desejar para o outro o que deseja para si mesmo» [an-Nawawi, 40 ditos, 13]
 - Budismo: «Se uma situação não é agradável ou satisfatória para mim, como posso impô-la ao outro?» [Samyuta Nikaya, V, 354.2]
 - Hinduísmo: «Não nos devemos comportar relativamente aos outros de um modo que quando toca a nós consideramos desagradável» [Mahabharata, XIII, 114.8]
 - Implicação ética global > contributo das religiões paz mundial >> desafio ecumenismo = diálogo inter-religioso [// Europa > guerra das religiões precedente politológico das teorias soberanistas Estado (elo decisivo processo longo laicização e secularização cultura ocidental)]
- Desafios críticos potenciados globalização > cidadania responsável > ambiguidade socialização (link interacção) / alienação (não comprometimento = não inscrição)
 - Crise de identidade
 - Crise de participação
 - Crise de representação
 - Operacionalização ética global
 - Não ideologia // religião
 - Consenso básico [*minima ethica*] sobre valores/padrões acção superem proclamações genéricas moralizantes [regra de ouro respeito outro; verdade; justiça; humanismo...]
 - Evitar 3 armadilhas: 1. Repetição prescritiva Declaração Direitos Humanos (ocidentalista; individualista) > ética envolve deveres

globais/interculturais; 2. Pregação moral casuística de riste > ética deve enfrentar questões religiosamente incómodas / socialmente fracturantes (genética, sexualidade, família, aborto, eutanásia, testamento vital...); 3. Proclamação fanático-religiosa princípios sagrados > perder o Sábado salvando a pessoa

- Concretização: 1. Axiologia enraizada (transformar o jurídico em moral e o moral em ético) > legalidade > licitude > legitimidade; 2. Discursividade acessível a todos > sem encriptação detalhe técnico/jargão científico/prosápia académica; 3. Consensualidade tomada decisão > ouvir / propor / reconsiderar / modelar; 4. Elaboração Carta Universal dos Deveres Éticos (não o que devemos dar ao homem, mas o que o homem deve dar de si...)
- Redimir “7 pecados capitais do mundo actual” (Mahatma Gandhi):
 - Riqueza sem trabalho (e trabalho sem enriquecimento integral)
 - Prazer sem consciência (e consciência sem prazer de estar com)
 - Conhecimento sem carácter (e carácter sem conhecimento de si)
 - Negócios sem moral (e moral sem negociação com as situações)
 - Ciência sem humanidade (e humanidade sem conhecimento)
 - Religião sem misericórdia (e misericórdia sem superação)
 - Política sem princípios (princípios sem discussão pública)

Sugestões bibliográficas

BRACCI Sharon – CHRISTIANS Clifford (ed.), *Moral engagement in public life: theorists for contemporary ethics*, New York [etc.]: Peter Lang, 2002

CANGIOTTI Marco, *L'uomo giusto. Esperienza etica ed esperienza politica*, Brescia: Morcelliana, 1999

CAPPELLETTI Angel, «Ética, política y bien común», in *Atlantida* 3 (1976) 28-32

DORIS John, «Persons, Situations and Virtue Ethics», in *Nous* 32 (1998) 4, 504-530

KÜNG Hans, *Uma ética global para a política e a economia mundiais*, Petrópolis: Vozes, 1999

LENOIR Frederic, *Le temps de la responsabilité*, Paris: Fayard, 1991

LUCAS John – GRIFFITHS Michael, *Ethical Economics*, New York, Macmillan, 1997

MARCIANO Alain, *Ethiques de l'économie*, Balises: De Boeck, 1999

RYN Claes, *Democracy and Ethical Life*, Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1977

SELLIER François, *Morale et vie économique*, Paris: PUF, 1959

SEN Amartya, *On Ethics and Economics*, Oxford: Blackwell, 1993